

DOSSIÊ III
EXPRESSÕES ARTÍSTICAS
DO CONHECIMENTO

CAPÍTULO 19

Ecos decoloniais soando num universo chamado música erudita

Elisete Dias Xavier
Diósnió Machado Neto

Ecos decoloniais

O discurso emergente decolonial tem impulsionado multiplicidade crítica e ideológica dos saberes. Enfatiza os desafios e a complexidade do mundo contemporâneo e da sociedade, no que tange aos valores, aos padrões estabelecidos, às construções culturais, respectivamente repletos de significados num contexto globalizado, político e de poder.

Partindo da premissa ideológica decolonial que busca refletir sob o poder eurocêntrico e os efeitos da colonialidade ao longo dos tempos, surgem debates amplos que questionam o paradigma europeu de racionalidade/modernidade. Ao falar sobre formação da modernidade e a colonialidade do poder, o sociólogo Quijano (1992) observa que a colonialidade é um conceito constitutivo da modernidade moldada pelo poder eurocêntrico, em que a dominação ocidental se sustenta na produção do Outro subalternizado.

Por certo, encontramos no desenvolvimento do capitalismo a acumulação e a reprodução de conflitos humanos, demonstrativos das desigualdades sociais, implicações de gênero, raça e todas as sombras representadas no sujeito colonizado.

Nessa perspectiva, é possível observar os impactos do eurocentrismo também na produção de conhecimento, entendendo que tal hegemonia classifica os saberes excluindo outras formas de conhecimento e dificultando a inclusão, uma vez que os espaços são regidos pela matriz do poder, como bem ilustrados por Quijano:

Poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social” do “trabalho e seus produtos”, da “natureza”, do “sexo”, da “subjetividade”, e da “autoridade” (2014b, p. 289).

Ainda na linha de reflexão sobre colonialidade e modernidade, o semiólogo Mignolo (2017) observa que ambas são co-originaárias, e que, de maneira semelhante, estabelecem o controle, a dominação e a exploração. Ele acrescenta que a lógica de racialização na hierarquia colonial dividiu os sujeitos em superiores e inferiores na classificação social, pontuando ainda que essa diferença cria a narrativa do sujeito inferior como o Outro, colonizado e silenciado, o que configura a posição de poder e o êxito da supremacia europeia sobre outras culturas e outros saberes.

Nesse contexto, Dussel (1994) problematiza o mito da modernidade observando que o homem moderno – também reconhecido como branco, ativo, conquistador, europeu – se tornou modelo do progresso, e o Outro, colonizado, é o subalterno, e como tal, representa o custo necessário da modernização, eurocêntrica e hegemônica. Somando-se a essa inquietante realidade, outros autores analisam a colonialidade do conhecimento e os saberes da modernidade. Nas observações de Lander (2000), estamos inevitavelmente presos em gaiolas conceituais, das quais não há possibilidade de fuga, sobretudo porque as ciências sociais foram formatadas por racionalidades coloniais/imperiais e legitimam a ordem social do presente.

Outro ponto interessante que Lander (2000) problematiza é a questão das fragmentações ou as dualidades ontológicas provindas do eurocentrismo, das quais identificam-se a separação religiosa judaico-cristã, em que há Deus, o Homem, ou o sagrado, o humano e a natureza; também entre sujeito e objeto, e entre “ocidentais” e os Outros.

A partir da pluralidade discursiva crítica que trata o conhecimento hegemônico eurocêntrico, torna-se emergente pensar no conhecimento fundamentado na academia.

Despertar do sonambulismo que caracteriza a vida universitária exige parar para reformular algumas questões básicas. Questões pré-teóricas, que se referem ao significado essencial do que fazemos: Para quê e para quem é o conhecimento que criamos e reproduzimos? Que valores e que possibilidades de futuro são nutridos? Que valores e possibilidades futuras são minados? (Lander, 2000, p. 1).

Nos últimos meses, entre uma estação de metrô e outra, uma estrada e outra, seminários e discursos múltiplos, a literatura apresentada na disciplina Filosofia da Ciência me proporcionou uma imersão nos estudos pós-coloniais/decoloniais e a reflexão sobre o conhecimento científico que adquiri. Como exemplo, os questionamentos trazidos por Lander provocaram uma inquietação no meu “eu-sujeito acadêmico”, levando-me a pensar no significado essencial do conhecimento experienciado na trajetória acadêmica e o processo da pesquisa que busco realizar.

Nesse cenário de conhecimento científico, e na gênese do especialista, o meu discurso de investigação se insere no campo das artes e dialoga especificamente com a música e a história, a partir das quais crio a expectativa de resgate das práticas, dos costumes, da representação no amplo sentido de ser ou estar, refinando os fragmentos da memória de um lugar.

Ao refletir sobre o significado da música e suas especificidades como aparato cultural, retorno ao campo acadêmico e ao ensino das artes e me aproximo das questões abordadas em um dos seminários de que participei. Partimos das observações sobre o sujeito na pesquisa, por meio do texto “O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento” (Araújo; Oliveira; Rossato, 2016), no qual inicialmente os autores apresentam um breve panorama histórico com as contribuições de filósofos e teóricos que exploram o conceito de sujeito e a realidade, com pontuações críticas ao racionalismo. Contextualizam rupturas e mudanças de paradigmas nas ciências sociais e ressaltam a ideia do sujeito aberto e complexo, e em desenvolvimento dialógico. Abarcam a ideia de que não há neutralidade entre o participante e o pesquisador, portanto, o pesquisador não é um observador externo.

Diante desses pressupostos, problematizei ainda mais a ideia do sujeito na minha pesquisa. Ele, o sujeito, se insere no século XIX, mas também se reflete no presente. Então, baseando-me nas questões mencionadas pelos autores supracitados, o desafio inicial com o qual me deparo seria olhar do presente para o passado, buscando uma reconstrução dos fatos, uma interpretação do processo vivido e criando narrativas que me engloba como sujeito participante. Mas, afinal, quem é o sujeito da minha pesquisa?

Na perspectiva do princípio do conhecimento, estou situada no campo das artes, em que a música, com suas particularidades estruturais e de funcionalidade, cumpre diferentes modos de ação e permite multiplicidade de investigações. Como se trata de um aporte documental de significados e informações historiográficas, tornou-se um cobiçado objeto de pesquisa na academia e estabeleceu uma aliança com a história, embora com processos distintos, sabendo, pois, que a historiografia musical tem uma legitimação diferente da historiografia política; contudo, estamos no campo do conhecimento humanístico.

Certifico que o processo de aprendizagem talvez não seja assim tão singular, no caso da música erudita, por estar, inicialmente, numa dimensão cultural eurocêntrica, cujo processo tem caráter adestrador, colonizador e se encontra também num espaço culturalmente reservado às elites sociais. Portanto, há hierarquia, sim, e há o predomínio da personalidade individual que surge inevitavelmente no ambiente de atuação artística com a representação dos sujeitos, ora individual, ora coletivo.

Nessas estruturas, há os sujeitos subalternos, modelando-se sujeitos inferiores; há também a fronteira étnica, os sujeitos brancos (evidentemente que sim), negros, pobres, e há o lugar no qual repousam as mulheres, com suas expressões de resistência em meio à desigualdade posta pelo patriarcado, mas que se contrapõem a essa realidade e se ramificam e revelam suas expressões artísticas, por vezes, silenciadas; sim, há as mulheres. Seria esse o nosso “lugar de fala”?

Assim, refletindo sobre a realidade do sujeito na pesquisa qualitativa e o processo hermenêutico das fontes, os autores Araújo, Oliveira e Rossato (2016) ressaltam a necessidade de haver uma hermenêutica do sujeito, observando suas questões sociais implícitas. Como pontua Filck (2004), a “realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes ‘atores’” (Flick, *apud* Araújo; Oliveira e Rossato, 2016, p. 3).

Desse modo, os desafios da pesquisa na contemporaneidade abrem-se para as questões de identidade e subjetividade. Dentre as possibilidades artísticas em que o sujeito da minha pesquisa se insere, a proposta é conceber suas representações social e política. Nesse caso, um dos desafios epistemológicos é reconhecer, como já mencionado, que nenhuma pesquisa é neutra em relação ao participante ou ao pesquisador (Araújo; Oliveira e Rossato, 2016, p. 5).

Retornando ao discurso decolonial e às questões sobre conhecimento e saberes, as implicações de gênero e etnia são assinaladas pela escritora Conceição Evaristo, que nos leva a refletir sobre desigualdades sociais, ancestralidade, opressões raciais e, especificamente, o espaço da mulher negra na sociedade. Com o seu modo de escrita, que ela denominou como “escrevivência”, caracterizado como um ato de resistência das experiências do feminismo negro, a autora nos proporciona narrativas que se configuram como cenas vivenciadas do cotidiano misturam-se com suas particularidades e especificidades como sujeito-mulher-negra (Evaristo, 2005).

Para Evaristo (2005), a “escrevivência” serve para pensar e, nessa perspectiva, provoca a racionalidade do conhecimento acadêmico e das normas cultas, impulsionando novos discursos sobre os saberes. A sua escrita dialoga com a ancestralidade e se torna um referencial literário que se desdobra em questões sociais, étnicas e políticas identitárias. Sua escrita traz a marca de mulher negra e, em especial, a condição do lugar subalterno corporificado pelo colonialismo no qual ela identifica como “o outro do outro”, uma vez que na categoria sujeito-mulher, social e

político, e na história, o lugar de fala é “outro”. Portanto, considera que resta à mulher negra ocupar um lugar que é “o outro do outro”.

Certamente, as abordagens pontuais trazidas por essa autora, em seu texto “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita” (2005), ficaram ecoando nas minhas reflexões sobre o sujeito na minha pesquisa. Ao empreender uma investigação sobre a temática feminina, eu estava aprisionada num universo microcosmo chamado “música erudita”, e, como tal, coloquei o indivíduo mulher numa categoria universal, não reconhecendo o silenciamento que pautava também esse sujeito, o outro, sujeito mulher negra e as evidentes diferenças de detalhes étnico-raciais que notadamente encontraria nos espaços de manifestações culturais que contextualizam o lócus social nesta pesquisa.

A configuração poética e simbólica na escrita de Evaristo (2005) provocou inquietação sobre os rumos da investigação, incitando e levando-me a ponderar sobre (re)existências, temporalidade e ancestralidades. Fiz uma viagem no tempo e ouvi os cantos entoados por minha mãe, em nossa casa, com a canção “Meus tempos de criança” (1956), do compositor brasileiro Ataulfo Alves, da qual ela repetia saudosamente os versos “que saudade da professorinha que me ensinou o bê-á-bá”. Hoje percebo que também o seu canto era uma expressão de resistência, de uma mulher nordestina que, como senhora do lar, trazia o perfil de uma voz quase silenciada pelo patriarcalismo. Na eleição para presidente do Brasil, em 2022, minha mãe, com os seus 96 anos, vestiu a cor vermelha e foi votar.

Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeira a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar (Evaristo, 2005, p. 2).

Prosseguindo com as contribuições do discurso decolonial que se ramifica em debates diversos e abarca a ideia de descolonizar o conhecimento, busco ressignificar a temática na minha investigação que trata da representação do feminino em práticas artísticas musicais, no espaço da sociedade mineira e sob a ótica do século XIX. Nessa senda, percebo a difícil tarefa em definir particularidades da questão feminina num período intrinsecamente eurocêntrico, cujas correntes teóricas normatizavam o comportamento feminino para a sociedade.

Notadamente, evidencia-se a necessidade de se pensar os agentes históricos com suas práticas e tradições; manifestações culturais que ocupavam as ruas, as igrejas, os teatros ou casas de ópera, salões aristocráticos, espaços nos quais a música servia como elo de sociabilidade. Por certo, lugares que se tornaram produtores de histórias

e havia protagonistas. Mulheres?! Nesse contexto, continuo a refletir sobre identidades femininas.

É oportuno considerar a emancipação da mulher e reconhecer a sua complexa luta contra a opressão e as desigualdades, que atravessou os séculos enfatizando seus direitos individuais, como sujeito social e político. Nas últimas décadas, debates feministas e femininos se atualizam e buscam referências do passado, de modo a romper com a invisibilidade e, enfim, inscrevê-la nos processos históricos.

Configura-se uma narrativa historiográfica que provoca mudanças vislumbrando novas epistemologias. Inclui revisão de conceitos e de valores cristalizados na sociedade e confrontam diversas áreas do conhecimento, produzindo discursos múltiplos, entre eles, os estudos de gênero e a crítica feminista.

Considerando os apontamentos trazidos pela crítica feminista sobre conhecimento e os aportes acadêmicos das ciências humanas, me aproximo do texto *Lugar de fala* (2019) da escritora Djamilá Ribeiro. Ao traçar um panorama social e histórico sobre a trajetória feminista da mulher negra como sujeito político, a autora impulsiona a compreensão do lócus social, observando que partimos de lugares diferentes e, como tal, precisam ser ocupados como direito de fala transcendendo as experiências individuais e coletivas, e buscando ocupar o lugar legitimado do ser político social.

Num diálogo amplo, a autora apresenta em seu texto discursos contra-hegemônicos de pensadoras e autoras feministas, cujas considerações compõem um referencial teórico que traz questões sobre políticas identitárias, poder e saberes, observando como o colonialismo deslegitima ou legitima certas identidades, evidenciadas nas estruturas de opressão e privilégios. Prossigo com as considerações das autoras apresentada por Ribeiro.

Deparamo-nos na leitura do texto com a fala da ativista abolicionista, Sojourner Truth, que lutava pelos direitos da mulher negra. No ano de 1851, na conferência que promovia a luta pelos direitos da mulher, a *Women's Rights Convention*, em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, Truth profere um discurso e traz a contundente pergunta que continua reverberando: “E eu não sou uma mulher?” (Ribeiro, 2019, p. 14).

Nessa perspectiva, a fala de Lélia Gonzalez traz críticas à hierarquização dos saberes, pelo caráter classista do feminismo hegemônico. Seu discurso intersecciona raça e gênero e nos leva a refletir sobre a exclusão e a subalternidade da categoria mulheres negras e sobre a descolonização do conhecimento. Instigando uma perspectiva epistemológica, a autora questiona: “Quais vozes são legitimadas?” (Ribeiro, 2019, p. 16). Nas considerações da filósofa Linda Alcoff, para descolonizar o conhecimento, torna-se necessário refletir sobre o contexto social e identidades como localizações culturais e sociais distintas, que configuram valores sociais e políticos.

Alcoff (2016) defende um feminismo dialógico com comunicação além das diferenças e similaridades, uma reconstrução epistêmica.

É realístico acreditar que uma simples “epistemologia mestre” possa julgar todo tipo de conhecimento originado de diversas localizações culturais e sociais? As reivindicações de conhecimento universal sobre o saber precisam no mínimo de uma profunda reflexão sobre sua localização cultural e social (Alcoff *apud* Ribeiro, 2019, p. 17).

Para Ribeiro (2019), o colonialismo retifica as identidades e hierarquiza; ela argumenta que as desigualdades são resultantes do modo como o poder articula essas identidades, deslegitimando ou legitimando numa estrutura de opressão o que configura a posição de silenciamento do outro. A autora insiste num debate amplo nas políticas públicas, reforçando sua fala para que as pautas fujam da universalidade e alcancem as mulheres negras.

Sob esse ponto de vista, Ribeiro (2019), traz a fala da artista e escritora Grada Kilomba (2012) que, ao analisar o lugar do “outro”, contrapõe o conceito da categoria mulher como o “Outro absoluto”, defendido pela escritora francesa Simone Beauvoir. Para Beauvoir (1980), na visão do homem, a categoria mulher ocupa um lugar de subordinação e, portanto, as mulheres nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens. Contudo, Kilomba (2012) mostra em sua fala que é necessário lembrar que mulheres têm lugares diferentes e, como se percebe, na classificação social, a categoria sujeito-mulher negra se situa abaixo da mulher branca, que já é o outro na concepção de Simone de Beauvoir. Assim, a mulher negra ocupa o lugar “Outro do Outro” e representa a antítese de ambos, branquitude e masculinidade, como já pontuado também pela escritora Conceição Evaristo.

Ainda na escuta dessa multiplicidade discursiva das pensadoras feministas, e sobre lugar de fala, ouço a voz da socióloga Patricia Collins (2016) propondo que as mulheres negras possam fazer uso do lugar de marginalidade, que lhes foi conferido ao longo dos tempos. Pensando em novas teorias e perspectivas epistemológicas, a autora traz o conceito de interseccionalidade como ferramenta em seus estudos. Observa que esse lócus social torna-se especial às mulheres negras, e proporciona uma visão ampla sobre a sociedade. Ela faz uso do termo *outsider within*, definindo como lugares ocupados por grupos desiguais, porém que deve ser tratado como um lugar potente e não doloroso; um lugar de debate estrutural (Ribeiro, 2019, p. 23).

A fala da escritora e ativista Audre Lorde ressalta a importância de reconhecermos as diferenças e não permitirmos discursos excludentes:

A qualidade da luz sob a qual analisamos nossa vida tem efeito direto na forma como vivemos, nos resultados obtidos e nas mudanças que desejamos provocar por meio de nossa vida. É sob essa luz que damos forma às ideias que nos fazem buscar nossa magia, para então torná-las realidade. Isso é a poesia como iluminação, pois é por meio da poesia que nomeamos essas ideias que – até o poema – não têm nome nem forma, estão prestes a nascer, mas já foram sentidas. A destilação da experiência da qual a verdadeira poesia brota dá à luz o pensamento, do mesmo modo que o sonho dá à luz o conceito, o sentimento dá à luz a ideia, o conhecimento dá à luz (precede) a compreensão (Lorde, 1985, p. 1).

Os amplos discursos das autoras supracitadas, presentes na obra da escritora Djamilia Ribeiro (2019), ressaltam a importância de romper com um postulado de silêncio, com a epistemologia dominante; desestabilizar, fomentar contradiscursos e ser contra-hegemônica.

A partir das considerações extraídas do livro *Lugar de fala*, conclui-se que não há uma epistemologia definida. Pautada nessas premissas, percebi ainda que encontrar o lugar de fala do sujeito na minha pesquisa requer pensar no lócus social e no significado de “representatividade” e a sua essência.

Diante da complexidade temática do discurso decolonial e pós-colonial, debruço-me sobre a tentativa de compreender os significados diversos de conhecimento, frente aos processos acadêmicos nos quais estou inserida, refletindo ainda sobre o universo em que me localizo, denominado música erudita, com suas especificidades e características eurocêntricas. O sujeito da minha pesquisa se localiza no espaço das artes, das práticas performativas, num contexto sociopolítico e, portanto, histórico. Permite construções narrativas fundamentadas em costumes, memória, representação, e a aproximação de um vasto campo de saberes, configurações de conhecimento, como bem pontuado nas abordagens e reflexões das autoras citadas no texto.

O meu lugar de fala também se encontra no espaço das ciências musicológicas, cuja configuração é ancorada em narrativas históricas, questões sociais implícitas e, por certo, a música com seus signos essenciais estruturantes. E me posiciono lembrando a fala de Conceição Evaristo: “a sua cabeça pensa a partir do lugar onde estão fincados os seus pés” (3’56”, 2017).

Assim, para situar o leitor e a leitora sobre a trajetória da mulher no campo da musicologia, apresento pequenos rabiscos historiográficos sobre esse percurso. As primeiras incursões feministas na musicologia começaram timidamente na década de 1970, com expressões individualizadas, e informações fragmentadas sobre a produção musical de mulheres. Nos estudos acadêmicos, surgem questionamentos

sobre a não inclusão de mulheres compositoras ou a invisibilidade delas na historiografia musical e no cânone, caracteristicamente masculino.

Logo na década de 1980, há uma expansão nos estudos musicológicos e um crescente interesse em encontrar obras de mulheres compositoras eruditas. Concomitante a esse período, sobressai o discurso de gênero com sua complexidade temática e seus significados múltiplos incorporando uma reconstrução da atuação feminina na história, com a abertura debates e reflexões sobre identidade, sexualidade, direitos políticos e a invisibilidade da mulher em tantas camadas na sociedade. Eventualmente, no decorrer dessas manifestações, uma abordagem feminista na historiografia musical se desenvolveu, revelando a produção de mulheres compositoras eruditas, e começaram a emergir suas obras silenciadas, suas histórias pessoais que evidenciavam a opressão patriarcal.

Discorrendo sobre gênero e música, a fala expressiva de uma mulher, a professora e musicóloga Susan McClary, rompeu um espaço na musicologia, lugar que era paupado pelo universo masculino. Em sua obra *Feminine endings: music, gender, and sexuality* (1991), a autora discorre sobre o significado da música e suas especificidades como forma cultural e sobre construções culturais de gênero. McClary (1991) observa que as diferenças históricas entre homens e mulheres na música são distintas em vários aspectos, tanto na estrutura social quanto no discurso musical. Ressalta ainda que a música é consequência de uma conjuntura social, com seus significados fundamentados na História, e como tal, sempre contém dimensões de poder.

Observando os modelos cristalizados pela sociedade, traz em sua fala questões sobre classe social, hierarquia cultural, construções de gênero e sexualidade, destacando que a “música age no corpo e no consciente, no emocional, a música é sensual, afeta a audição, o sentir e o pensar” e, portanto, deveria ser analisada e criticada como discurso de gênero – “[...] eu queria falar da sociologia da música, [...] foi necessário alguém arrombar a porta” (McClary, *apud* De Boise, 2019, p. 3).

Nessa perspectiva, outra fala feminina nos caminhos das ciências musicológicas é da Susanne Cusick que, discutindo as questões de gênero, raça e sexualidade, concorda que estes compõem dimensões não somente físicas, mas históricas, culturais, políticas. Em relação à narrativa historiográfica tradicional, Cusick (2001) trouxe uma questão básica e imponente ao analisar a historiografia sobre as mulheres e pergunta: “[...] onde estavam as mulheres na cultura musical? E como o feminino tem sido representado?” (Cusick, 2001, p. 484).

Por certo, o estudo da musicologia vem revelando a vasta produção feminina, com a confirmação da atuação de mulheres musicistas, compositoras e performers, o que contribui para a quebra do tabu de inferioridade intelectual instaurado ao longo

da história. A trajetória feminina na música está sendo reescrita e soma-se aos debates que compõem o campo do conhecimento, o da inter-relação artística e cultural e os aspectos sociopolíticos implícitos, proporcionando um vasto campo de construções narrativas que já vêm sendo elaboradas coletivamente nas últimas décadas.

Considerações finais

Diante da abundante literatura e da multiplicidade temática apresentada pelos autores supracitados, e que problematizam epistemologias decoloniais, novos desafios e perspectivas se abrem e me conduzem a construções narrativas que englobam produção científica e o nosso lugar de fala. Reafirmo “nosso” por crer que não me encontro só nesse lugar acadêmico e por considerar imprescindível o lugar da escuta.

A literatura apresentada me proporcionou uma imersão nos estudos pós-coloniais/decoloniais e me levou a refletir sobre o conhecimento científico, no meu “eu-sujeito acadêmico”, sobre o significado essencial do conhecimento experienciado na minha trajetória acadêmica e no processo da pesquisa que busco realizar.

Na fronteira do conhecimento, reflito e busco ressignificar a temática na minha investigação, que trata da representação identitária feminina no contexto da sociedade mineira oitocentista, cujas questões se abrem e discutem as relações de poder e moral. Nesse percurso é necessário entender o lócus social e buscar as possibilidades de romper com o silêncio desses sujeitos/as nesse período intrinsecamente colonizador que foi o século XIX, com ideologias que suprimiram as contribuições das mulheres e as encaixou no estereótipo do sexo frágil. Frágil contra quem?

Para continuar nesse trilho, favoreço-me dos diversos estudos sobre a temática feminista e da ampla abordagem decolonial e pós-colonial, debulhando as informações supracitadas que estão ecoando sonoramente no espaço da minha investigação. Reflito: desafiador? Sim, mas sou mulher e aprendi a (Re)Existir.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. M. *et al.* O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 33, p. 1-7, 2017.
- DUSSEL, E. 1492: *El encubrimiento del otro*. Hacia el origen del mito de la modernidad. La Paz: Plural Editores, 1994.
- DE BOISE, S.; MCCLARY, S. An interview with professor Susan McClary: the development of research on gender and music. *Per Musi*, [S. l.], n. 39, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/5317>.
- EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

- HOOKS, b. *Ensinar para transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- KILOMBA, G. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- LANDER, E. ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. *Estudios Latinamericanos, nueva época*, años VI y VII, n. 12-13, jul.-dez. 1999/jan.-jun. 2000.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução: Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.32, n. 94, p. 1-17, 2017.
- MIGNOLO, W. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. 2009. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. Tradução: Isabella B. Veiga *Revista X*, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, 1992.
- QUIJANO, A. ¿Bien vivir?: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: *Cuestiones y horizontes/ de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2014. p. 847-859.
- RIBEIRO, D. *Lugar de fala*. São Paulo: Pólen, 2019.

